

# CAPÍTULO 4

## ARQUEOLOGIA PÚBLICA E PATRIMÔNIO NAS ESTEARIAS: DIÁLOGO ENTRE A CIÊNCIA, A COMUNIDADE E A ESCOLA

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/arq04>

*Alexandre Guida Navarro*

*João Costa Gouveia Neto*

# SUMÁRIO

## PATRIMÔNIO PARA QUEM?

Este capítulo aborda as discussões acadêmicas e experiências comunitárias ocorridas na disciplina Arqueologia Pública e o Patrimônio, explorando as relações de conhecimento entre a academia, evidenciada pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Maranhão (LARQ/UFMA) e o Ensino Médio, corroborada pela Escola de Formação Gerencial – EFG do SEBRAE/MA.

O objetivo desta inédita experiência na cidade de São Luís, que é patrimônio da humanidade, teve como finalidade a publicização da ciência arqueológica entre alunos do Ensino Médio de uma escola gerencial de tempo integral por meio da experiência vivenciada dentro de um laboratório, no sentido de suscitar alternativas de conhecimento para além da sala de aula e, no caso do laboratório, das atividades técnicas intrínsecas à sua atividade.

Dois conceitos são importantes aqui: patrimônio e público. Como bem pontuaram Funari e Pelegrini (2006), nas línguas românicas a palavra *patrimonium* esteve associada à herança ou à propriedade herdada no âmbito familiar. Foi com o passar do tempo e a partir de sua associação com a História que o patrimônio acabou recebendo o sentido *per se* que até hoje lhe é atribuído: os monumentos. Com o desenvolvimento teórico mais abrangente das Ciências Humanas, *i.e* o Pós-Modernismo, sobretudo a partir da década de 1990, novas perspectivas advindas dos enfoques teóricos possibilitaram ao conceito de patrimônio desdobramentos amplos de tal forma, que hoje encontramos muitas denominações associadas ao seu campo de atuação, como patrimônio cultural, patrimônio edificado e bens culturais, somente para citar alguns.

A proteção ao patrimônio é uma escolha ideológica e, durante muito tempo, esteve pautada por seleções elitistas daquilo que deveria ser preservado (ARANTES, 1990; GNECCO, 1995). É nesse sentido que Fernandes (1993, p. 275) refletiu que a gestão do patrimônio “[...] preservou a casa-grande, as igrejas barrocas, os fortes militares [...] como referências de nossa identidade histórica e cultural e que relegou ao esquecimento as senzalas, as favelas e os bairros operários”.

Como bem lembraram Ianni (1988) e Gouveia Neto (2010), essa definição de patrimônio privilegiou a aristocracia, associando ao monumento uma função que remetia às origens elitistas das sociedades, atribuindo ao vernáculo o sentido de superioridade cultural por meio da pintura, da literatura, da arqui-

tetura e dos gostos musicais. Dentro desse contexto, era difícil para a classe não abastada identificar-se com aquilo que não pertencia ao seu universo cotidiano.

Por outro lado, a partir da Proclamação da República, em 1889, até mesmo a elite distanciou-se do significado de patrimônio e a pompa de outrora foi perdida, uma vez que a carga simbólica atribuída ao patrimônio edificado, como a noção de antiquado, velho e ultrapassado, contrariava a ideia de modernidade e progresso (GOUVEIA NETO, 2010). Nesse sentido, como afirmam Funari e Pelegrini (2006), até a capital do Brasil, Rio de Janeiro, foi substituída por uma cidade mais “moderna”. Desse modo, a discussão sobre patrimônio é de grande importância para entender a própria formação social de uma nação.

Como se afirmara, os debates acerca das diversas formas de patrimônio tornaram-se um elemento de destaque na contemporaneidade. Além de sua inserção nas discussões teóricas, fundamental para o desenvolvimento foi sua aproximação com a comunidade, no seu sentido público, ou seja, um patrimônio que buscou a aproximação social dos excluídos, dando-lhes uma voz que reverberou significados identitários e de preservação da memória, ora buscando associações com o passado cultural, ora vivenciando experiências comunitárias (MERRIMAN, 2004).

Logo, o papel dos museus e da musealização mostrou-se essencial para ratificar a importância do conhecimento para as comunidades locais, cujos museus comunitários são um importante instrumento de identidade cultural. Museus, portanto, não devem ser locais estáticos. São lugares dinâmicos, construídos socialmente e com uma carga simbólica fundamental enquanto preservação do patrimônio (FUNARI e PELEGRINI, 2006).

Antes de apresentarmos como a experiência vivenciada por alunos de Ensino Médio da EFG/MA da cidade de São Luís afetou seu conhecimento acerca da Arqueologia, apresentaremos nosso objeto de estudo, que possibilitou a reflexão por parte desses alunos de como era a vida das comunidades pretéritas e como os artefatos ajudam a entender sobre essas sociedades.

## O que são estearias?

A região onde ocorrem as estearias é denominada Baixada Maranhense. Trata-se de uma microrregião situada a oeste e a sudeste da ilha do Maranhão, compreendendo uma área de aproximadamente 20 mil km<sup>2</sup>, dentro da

Amazônia Legal, sendo uma região que conta com mais de 500 mil habitantes (IBGE, 2006). É um território muito pobre, com os menores índices (IDH) não só do estado do Maranhão, como de todo o Brasil, cuja população vive da subsistência da agricultura tradicional, da pesca, da criação de pequenos animais e do extrativismo vegetal, especialmente do coco do babaçu. As principais cidades dessa área são Penalva, Pinheiro, Viana, São Bento e Santa Helena (NAVARRO, 2013; NAVARRO, 2014).

As estearias foram moradias lacustres construídas com esteios (tocos ou troncos de árvores) de madeira que serviam de sustentação para as construções superiores, dando origem, assim, às suas aldeias ou às palafitas pré-históricas (LOPES, 1924; CORREIA LIMA e AROSO, 1991; LEITE FILHO, 2010). Esse tipo de sítio arqueológico aparece em casos isolados na América do Sul, como nos relatos de Vespúcio, em 1499, sobre comunidades que viviam em palafitas na costa venezuelana.

No Brasil, diversos autores consideram que as estearias são os sítios arqueológicos menos conhecidos no território nacional (PROUS, 1992; MARTIN, 1996). No entanto, há relatos de palafiteiros no Alto Amazonas realizados pelas expedições de Ursúa e Aguirre (1516) (apud PORRO, 1992). Além disso, franceses estabelecidos no Maranhão no início do século XVII, ao realizarem um reconhecimento no rio Amazonas, fizeram referência às populações que viviam em palafitas sobre lagos. No entanto, as estearias maranhenses são as únicas conhecidas na atualidade.

As estearias estão localizadas ao longo dos diversos lagos, que se caracterizam pela formação de um sistema hídrico composto de rios, campos inundáveis e lagos de variados tamanhos, os quais se definem pela sazonalidade do clima (as inundações ocorrem no primeiro semestre de cada ano) (FRANCO, 2012). Os lagos da Baixada Maranhense têm origem geológica recente, pleistocênica, e se caracterizam por inundações periódicas na época das chuvas, pois acabam recebendo as águas fluviais, além de auferirem, inclusive, as águas dos rios da região quando de seu transbordamento, como o Pindaré, Pericumã e Turiaçu (CORRÊA, MACHADO e LOPES, 1991; AB' SÁBER, 2006). Pertencem, também, a um bioma típico da região amazônica, que se caracteriza por campos de várzea.

Podemos afirmar, em nível hipotético, que, em princípio, a existência de farta alimentação nesses lagos pôde criar uma situação favorável à habitação

sedentária dos grupos humanos que ocuparam a região. Embora não queiramos cair nas armadilhas de uma elaboração conceitual do determinismo ecológico e cultural para a explicação da ocupação do território lacustre, negar a importância do rico ecossistema lacustre seria uma displicência por parte do pesquisador.

Pesquisas arqueológicas atuais realizadas na região amazônica vêm demonstrando que as várzeas dos rios da região foram densamente povoadas por sociedades de tipo cacicado na Pré-Histórica amazônica (ROOSEVELT, 1980; HECKENBERGER, 2006; NEVES, 2006). Embora ainda seja muito incipiente inferir o tipo de organização social das estearias, é importante ressaltar que o bioma aquático e as condições ideais de obtenção de alimentos são parecidos com o das várzeas amazônicas, o que nos faz inferir que esse rico ambiente foi fundamental para o desenvolvimento das sociedades palafíticas. Evidência dessa adaptação é fornecida pelo relato de Simões (1981), que mediu uma das estearias e conseguiu delimitar sua área em 2 km<sup>2</sup>, portanto, um sítio de dimensões consideráveis.

Por outro lado, fica sem responder quem eram essas comunidades lacustres. Para Raimundo Lopes (1916), são populações tardias de filiação amazônica que estão migrando para a região da Baixada. Para Correia Lima e Aroso (1991), são grupos Nu-arawaque que foram expulsos, mais tarde, pela ocupação Tupiguarani. Já para Leite Filho (2010, p. 255), as estearias foram construídas por “[...] grupos intrusivos na região que se organizaram em aldeias autônomas ou inversamente em um conjunto de habitações com algum vínculo político entre si dado sua homogeneidade cultural e contemporaneidade”.

Aqui temos que mencionar a importância da estearia de Cacaria, no lago Cajari, assim denominada pela população local por contar grande concentração de cerâmica. A Cacaria foi estudada por Raimundo Lopes, em 1919, em uma grande seca que afetou a região, cujo material arqueológico ficou evidente. Lopes (1924) chega a afirmar a construção de calçadas na estearia, indicando um sofisticado arranjo urbano pelas populações que ali habitaram.

Simões (1981) também a pesquisou, pontuando a importância dos estudos de Lopes e dessa estearia em específico, que foi medida, alcançando os 2 km. Nos trabalhos de Corrêa, Machado e Lopes (1991), a Cacaria voltou a ser estudada e, por meio dos troncos de pau d’arco (*Tabebuia dasp*), o referido pesquisador forneceu a datação radiocarbônica de 570 d.C.

Outro importante relato é a existência de “ilhas e tesos” (CORREIA LIMA e AROSO, 1991) em algumas áreas dos lagos, cujas comparações geográficas

cas e, por conseguinte, dos *mounds* foram feitas por Lopes (1924) com a região marajoara, sem, no entanto, estabelecer discussões mais profundas.

## Resultados preliminares: discussão

Relatos etno-históricos do século XVI, sobretudo os dos padres Claude D'Abbeville, D'Evreux e João Daniel, são um importante *corpus* de informação acerca dos índios que habitavam o Maranhão no período da Conquista. A maioria dos relatos dá conta da ocupação tupiguarani na ilha de São Luís. Esses documentos históricos narram diversos aspectos da vida cotidiana dos indígenas, como a organização do espaço, a guerra e a maneira como se alimentavam (PORRO, 1992).

Com relação às estearias da Baixada, não existem relatos acerca da construção de palafitas no Maranhão pré-colonial, mas há alguns informes na região do atual estado do Pará e na região do Alto Amazonas. O melhor exemplo desses relatos é a expedição de Ursúa e Aguirre no Alto Amazonas, quando entrou em contato com os Omágua, grupo indígena que vivia em palafitas, indicando que essas moradias lacustres puderam estar fortificadas:

Fomos pelo rio abaixo cinco ou seis dias [...] *Chegamos a umas casas fortes que os índios têm por ali, feitas em jirau, altas e cercadas de tábuas de palmeira e [que] têm no alto troneiras para flechar, e de lá nos feriram os índios quatro ou cinco espanhóis, com vinte que se haviam adiantado com um chefe, e os fizeram recuar; quando chegou a armada a essa casa os índios haviam fugido... Quando queríamos sair daqui apareceram no rio muitas pirogas e índios, as quais, segundo alguns, seriam mais de 100, com muitos índios de guerra. (PORRO, 1992, p. 95. Grifos e acréscimo nosso).*

No século XVIII, o jesuíta João Daniel escreveu o seguinte sobre os povos palafíticos da Amazônia, inferindo um possível significado desses tipos de construções:

Muitas nações vivem sobre lagos, ou no meio deles, onde têm em cima da água as suas casas feitas da mesma sorte, e só com o ádito de serem de sobrado, que levantam de varas, e ramos de palma, e nelas vivem contentes, como peixe na água. A razão de fabricarem nos lagos as suas povoações e moradias é em uns pela grande fartura que neles têm de tartarugas, bois marinhos, e mais pescado; em outros é para estarem mais seguros dos assaltos dos seus inimigos. (DANIEL, 2004, p. 280).

Até o momento, nossa equipe mapeou os sítios Armíndio, Caboclo, Encantado e Boca do Rio. O mapeamento é de grande precisão e foi realizado com a estação total e georreferenciamento por satélite (GPS e GIS). Dado que os leitos dos rios passam por um forte processo de assoreamento, além de que a areia forma uma camada sobre os esteios, impedindo a identificação dos mesmos, o método mais adequado foi o mais simples: através de jangadas, identificamos cada esteio manualmente e o marcamos, sendo que, desse modo, pudemos localizar a delimitação dos sítios bem como a maioria dos esteios, que puderam ser referenciados com a estação total. Devemos levar em consideração, por outro lado, que esse método também possui uma margem de falha, dado que algum esteio pode ter deixado de ser visto por um dos membros da equipe. No entanto, consideramos que a maior quantidade dos esteios foi mapeada satisfatoriamente.

Obtivemos resultados eloquentes. O maior sítio mapeado é o Encantado, com uma extensão de 13 hectares e 171 esteios visíveis, sendo que, segundo os moradores da região, um terço dele foi destruído para a obtenção da madeira utilizada em atividades locais, como a construção de cercas. Por outro lado, o sítio Boca do Rio, com 1 hectare, apresentou o maior número de esteios: 1100 no total.

A análise espacial evidencia aldeias circulares ou elipsais construídas no centro dos rios ou dos lagos, cuja função ainda é desconhecida, mas possivelmente tem a ver com a obtenção de alimentos ou caráter defensivo. Existe uma hierarquia de construção arquitetônica, cuja maior quantidade de esteios está concentrada na parte central das aldeias, e, à medida que se distancia dela, ocorre uma diminuição das estacas de madeira, até que desaparecem. Essa hierarquia também promove a concentração de grupos de esteios em diferentes locais dos sítios, o que pode significar que os mesmos estiveram interligados

por pontes. Associações espaciais feitas com as estatuetas antropozoomórficas, cuja principal característica é a representação do umbigo, evidenciam um caráter mágico-religioso de alguns sítios que estão localizados exatamente no centro dos lagos ou dos rios. A associação do umbigo das estatuetas com a localização espacial da aldeia no centro dos rios é uma evidência simbólica de sociedades hierarquizadas que se viam como *axis mundi*, ou seja, que se posicionavam no centro do universo.

Até o momento, foram realizadas sete (7) datações radiocarbônicas para os sítios, colocando-os em uma temporalidade de longa duração, que vai do ano de 165 a 1045 d.C. A maioria dos sítios é contemporânea e sua construção preponderante, situada entre os séculos 8º e 10º, coloca-os dentro da complexa relação de sociedades que ocuparam a Amazônia no período colonial, estabelecendo contatos diretos e indiretos com elas. Enquanto que os sítios mais recentes se caracterizam pela produção mais de uma cerâmica mais fina, com presença de pintura, os sítios mais antigos, Coqueiro e Lago do Souza, possuem uma cerâmica mais grossa, sem pintura, com incisão nas bordas.

Dada a natureza subaquática dos sítios, foram feitas, também, coletas sistemáticas na estação da estiagem, cujos depósitos fluviais baixam seu nível (50 cm de água), mas não secam, situação essa que levou às coletas. Os sítios foram divididos em um plano cartesiano com quadrículas aleatórias de 1x1. A partir disso, os materiais arqueológicos superficiais correspondentes a cada um desses quadrantes foram retirados. Dentre os vários materiais coletados, encontram-se artefatos de cerâmica inteiros e fragmentados, sendo pintados e não pintados; muitas estatuetas; material lítico, com destaque para um muiraquitã e peças de madeira, como o cabeamento de um machado, hastes de fuso e supostamente um remo (e/ou borduna?)

Com relação à descoberta mais importante, o muiraquitã, sabe-se que esse tipo de material lítico foi retirado no lago Cajari por Raimundo Lopes no início do século XX. A peça que foi encontrada na estearia da Boca do Rio é o primeiro artefato coletado de forma sistemática, depois dos achados de Lopes. A análise mineralógica foi realizada pelo Prof. Dr. Marcondes Lima da Costa (UFPA). Constatou-se que é de pedra verde de nefrita, confeccionada a partir dos minerais tremolita/actinolita. A peça possui 2,8 cm de altura por 1,8 cm de comprimento, tendo dois furos laterais e marcas do retoque do lascamento e polimento no verso. Com relação ao estilo, é híbrido, pois o abdômen e as patas são idênticos aos muiraquitãs amazônicos tradicionais; no entanto, a cabeça ora

assemelha-se a traços caribenhos (Venezuela, Guianas e ilhas do Caribe), ora aos das terras altas da América do Sul (os olhos quadrados e o motivo bipartite da cabeça), em especial à cultura Tolima da Colômbia ou Tiahuanaco da Bolívia.

Por outro lado, ornamentos em pedra verde são característicos da região do Istmo-Antilhas, mostrando que as conexões entre Mesoamérica e Caribe foram muito mais ativas do que imaginou Kirchhoff ao propor diferentes áreas culturais para as distintas regiões geográficas (KIRCHHOFF, 1960; DOMÍNGUEZ e FUNARI, 2012). Recentes descobertas arqueológicas mostram evidente interação entre os grupos humanos que habitaram as Antilhas e a região da Colômbia, percorrendo uma área que se estende desde o noroeste da Venezuela até a porção ocidental das Honduras (RODRÍGUEZ RAMOS, 2013). Para Rodríguez Ramos (2013), o ano 700 d.C. correspondeu ao auge da interação entre o Caribe e a área do Istmo Colombiano, sobretudo na tradição Huecoide de Porto Rico e norte das Antilhas, onde se percebe uma maior interação cultural com a distribuição de pedra verde, conchas, tumbagas e demais artefatos com significado simbólico regional, cujos temas mais recorrentes são pingentes em forma de ave (o mais recorrente em forma de condor, típica ave andina), imagens de répteis e adornos batraquianos.

131

Os artefatos cerâmicos foram classificados segundo uma tipologia que obedeceu as seguintes categorias: forma rasa (prato), vasilhames do tipo meia calota, vasilhames esféricos, vasilhames do tipo meia esfera, estatuetas e fusos. Uma característica da coleção é a presença de pequenos vasilhames cerâmicos que provavelmente serviam para armazenar quantidades bem controladas de líquido no seu interior ou sementes para o plantio, como indicam Burke, Ericson e Read (1972). Algumas delas têm incisão nas bordas, outras são pintadas, geralmente de vermelho e preto, sem a presença de engobo. Os pratos são utensílios planos e muitos possuem marcas de esteiras de cestaria, sendo o mais frequente o trançado.

As estatuetas de cerâmica indicam a presença de ritual. Caracterizam-se pela representação de animais, sobretudo a coruja, o macaco, a tartaruga e o sapo. Algumas delas são antropezoomorfas (forma humana misturada com a de animal), sendo a zoomorfa (forma de animal) a mais recorrente. A maioria delas possui um padrão escultórico: as pernas estão abertas formando uma meia lua e algumas delas possuem a genitália feminina à mostra. A profusão de estatuetas femininas com a marca da genitália pode evidenciar algum tipo de ritual

associado à fertilidade ou à puberdade, sobretudo porque muitas têm evidência de quebra da cabeça.

Uma delas em especial evoca a questão do perspectivismo ameríndio (VIVEIROS DE CASTRO, 2002) na arte desses povos: deitada é um sapo, de pé é uma coruja com o tronco humano, além dos braços também humanos. Quase todas elas possuem outro traço importante: o desenho do umbigo, que, como relatado anteriormente, está associado à visão de mundo dessas sociedades (ELIADE, 1969). Os fusos, rodela em cerâmica com furos, também são um importante tipo de artefato encontrado nas estearias, e em tamanhos diferentes, os quais indicam a atividade da tecelagem.

Com relação à iconografia, destacam-se os traços geométricos que delimitam padrões dentro da composição estilística do vaso: são gregas ou linhas em espiral que vão circundando o interior das peças. As cores predominantes são a vermelha e a preta. Provavelmente, muitas trazem desenhos de motivos que representam a pele dos animais, como um exemplar em que podemos notar as marcas do casco da tartaruga ou da pele de uma cobra surucucu, que era comum na região da Baixada Maranhense.

132

A análise das fontes etno-históricas evidenciou escassas informações acerca dessas populações, revelando que esses grupos são bastante antigos, de tal forma que, à época da Conquista, os índios não preservaram em sua memória relatos acerca dessas sociedades. É muito provável que os grupos indígenas do período da Conquista no século XVI e XVII se assentaram em áreas de ocupação palafítica, vindos de regiões mais distantes, sendo, portanto, alóctones na área. Estudos mais pontuais nessa direção ainda precisam ser realizados.

As datações radiocarbônicas realizadas em laboratório estadunidense temporalizando os grupos das estearias nos anos de 200/1000 d.C. comprovam que essas sociedades são de longa duração e que estiveram bem adaptadas ao meio aquático.

Com relação à organização política desses povos, fica por elucidar a sua forma de governo, se foram sociedades mais complexas ou sítios sazonais por causa do meio aquático. O atual estado das investigações mostra que havia sítios mais ritualísticos, como o Armíndio, cuja concentração de estatuetas é grande em detrimento dos demais.

Evidências da grande área territorial ocupada por essas sociedades associadas à longa duração indicam que esses grupos humanos estavam muito

bem adaptados ao meio. Já a complexidade arquitetônica dos sítios e a grande quantidade e disposição dos esteios evidenciam uma construção orientada segundo princípios de direção centro-periferia. O desgaste inferior desses esteios indica que foram lapidados para melhor se fixarem no leito dos rios. Existe uma homogeneidade da cultura material, como é evidente nos tipos cerâmicos e sua mensagem simbólica apresentada pelas pinturas dos vasilhames e estatuetas, na sua maioria animais predadores como cobras, além da representação cosmológica do *axis mundi* por meio do umbigo. Por fim, há que considerar que a contemporaneidade dos sítios, indicando uma homogeneidade cultural dessas sociedades, leva a pensar em cacicados de grande escala regional entre os séculos 8° e 10° d.C., coincidindo, portanto, com o auge das sociedades amazônicas pré-coloniais.

Por fim, é importante salientar que o projeto é embasado pelos preceitos da arqueologia comunitária, uma vez que conjuga a participação dos moradores dos povoados visitados e nas etapas do trabalho arqueológico. O conhecimento dessas pessoas, pautado em suas experiências de vida, é fundamental para entender o homem do passado e as construções identitárias do presente.

133

## O laboratório como espaço de sensibilização escolar

A Escola de Formação Gerencial (EFG) do Sebrae – MA é uma franquia que tem suas origens na Áustria. No Brasil, teve sua implementação a partir da iniciativa do Sebrae de Minas Gerais. De acordo com o histórico da Escola Técnica de Formação Gerencial, esta foi idealizada com o objetivo de suprir a formação de gerentes de nível técnico para as pequenas empresas. O referencial que serviu como parâmetro para o Projeto EFTG foi encontrado na Áustria e desenvolvido por meio de um acordo de cooperação com o Ministério de Educação e Artes daquele país, para a organização de um modelo de formação gerencial, adaptado à realidade brasileira.

A implementação da EFG em São Luís se deu em 2013, com a abertura das matrículas para a primeira turma do Ensino Médio, articulado ao Ensino Técnico em Administração. A primeira turma foi composta por 30 alunos. Além das disciplinas de História, Geografia, Português e Matemática, os alunos têm aulas de Direito, Administração, Educação Financeira, Gestão Empresarial e desenvolvem projetos voltados para o empreendedorismo.

De acordo com as metodologias atuais de aprendizagem e dada a extrema velocidade tecnológica que envolve os adolescentes, um conhecimento abordado de forma extática e fora da realidade dos alunos é sempre mais difícil de ser apreendido e compartilhado. Quando tratamos de sociedades das quais sabemos pouco e que tiveram vivências, no geral, muito diferentes das que são conhecidas pela matriz ocidental europeia, essa distância é ainda maior. O trabalho de articulação da teoria com a prática, tão debatido nas universidades, quando chega ao espaço do Ensino Médio, na maior parte dos casos não acontece devido a falhas nessa comunicação tão vital para ambos os universos de ensino.

Além dessa perspectiva, os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam a necessidade de que o conhecimento abordado no Ensino Médio não perca de vista a perspectiva social relacionada à atuação e à inserção dos estudantes no mercado produtivo, pois:

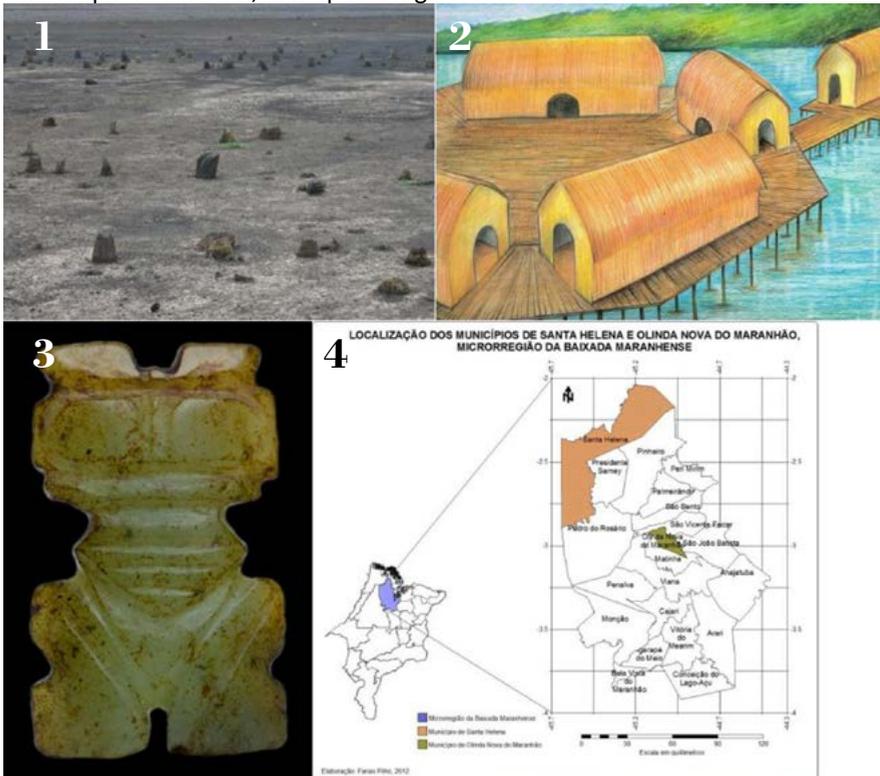
[...] o novo paradigma emana da compreensão de que, cada vez mais, as competências desejáveis ao pleno desenvolvimento humano aproximam-se das necessidades à inserção no processo produtivo [...] Ou seja, admitindo tal correspondência exigida para o mercado da cidadania e para as atividades produtivas, recoloca-se o papel da educação como elemento de desenvolvimento social. (BRASIL, 1999, p. 13 apud MARTINS, 2000, p. 78).

Essa articulação entre o conhecimento formal e sua aplicabilidade não só prática, mas acima de tudo direcionada para as necessidades da sociedade atual, é a base da Escola de Formação Gerencial – EFG do Sebrae (MA), a qual tem na Arqueologia e nas suas potencialidades uma vasta aplicação social na atualidade. Assim, deve soar na mesma tonalidade que a contemporaneidade, com a construção de um conhecimento participante que contribua para o desenvolvimento do cidadão (Cf. Parâmetros Curriculares Nacionais, Ensino Médio, 2000, p. 10).

Com vistas a estreitar a relação entre o Ensino Médio e a Universidade, a atuação do Laboratório de Arqueologia (LARQ) da UFMA tem contribuído para divulgar os estudos arqueológicos e também as pesquisas sobre a Pré-História da Baixada Maranhense. A iniciativa surgiu das constantes visitas ao Laboratório em concomitância com a atuação na EFG-MA, ministrando a disciplina de História.

Primeiramente, os alunos tiveram acesso às discussões sobre patrimônio, preservação, tipos de fontes históricas e sobre a pré-histórica brasileira na EFG-MA. Na semana seguinte, fomos à Universidade Federal do Maranhão, onde os alunos assistiram a uma palestra sobre as discussões apresentadas neste capítulo. A segunda parte da atividade na UFMA foi a visita ao LARQ, onde tiveram acesso ao material coletado nas pesquisas realizadas na Baixada Maranhense pela equipe do referido laboratório (Figuras 1 a 4 e Fotos 1 a 5). Durante a visita, aprenderam sobre o manuseio das peças no que se refere à sua limpeza, conservação e acondicionamento, bem como sobre catalogação e as técnicas utilizadas para datar os objetos encontrados. Após a visita, selecionamos os alunos Marília de Sousa Fontes e Luís Felipe Borges, da EFG, para responderem a um pequeno questionário com perguntas abertas, mas dirigidas, sobre as discussões realizadas no LARQ-UFMA.

**Figuras** - 1. Esteios à mostra na estação da seca; 2. Reconstituição de uma aldeia; 3. Muiraquitã de nefrita; 4. Mapa da região das estearias na Baixada Maranhense



Fontes: Acervo do Autor.

Fotos 1 a 5 - Visita ao LARQ e acesso ao material coletado nas pesquisas na Baixada Maranhense



136







Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Elaboramos sete blocos de perguntas sobre as discussões levantadas durante a visita ao LARQ-UFMA, as quais serão apresentadas a seguir, com suas respectivas respostas:

1 - Em algum momento de seus estudos, você tinha interesse pela Pré-História? Tinha curiosidade em saber, por exemplo, como viviam nossos antepassados em épocas muito remotas?

Resposta do aluno Luís Felipe Borges: “Sempre tive vontade de entender um pouco mais sobre a evolução da espécie, como viviam nossos antepassados e até mesmo qual foi a trajetória do ser humano para que se evoluísse até os dias de hoje, principalmente quando nos deparamos com o estudo das pinturas rupestres, métodos e utensílios de sobrevivência que, por muito, salvou a pele da raça humana”.

Resposta da aluna Marília de Sousa Fontes: “Sim, sempre mantive a curiosidade sobre meus antepassados, como viviam, o que faziam etc.”.

2 - Antes de ir ao Laboratório de Arqueologia, e das aulas ensinadas pelo professor, você tinha ideia do que a Arqueologia estudava?

Resposta do aluno Luís Felipe: “Sim, antes desse aprofundamento ministrado pelo professor João e possibilitado posteriormente pela Universidade Federal do Maranhão, eu e meus colegas detínhamos o conhecimento comum, e superficial, sobre a Arqueologia”.

Resposta da aluna Marília: “Sim, tinha uma noção que a Arqueologia estudava as antigas civilizações através de escavações, pesquisas”.

3 - Qual a sua impressão ao ver os artefatos expostos na bancada do Laboratório? O que você mais gostou de ver?

Resposta do aluno Luís Felipe: “Foi uma sensação incrível ver todos aqueles artefatos de centenas de anos ali na nossa frente, que mesmo depois de uma trajetória inimaginável resistiram por tanto tempo e hoje repousam sob os bons olhos e cuidados de uma equipe magnífica, para contar sua história a todo e qualquer um que os visite. Eu, particularmente, gostei mais das peças tidas como amuletos, utilizados na época para o culto a diversos deuses, como da fertilidade, por exemplo”.

Resposta da aluna Marília: “Eu fiquei muito interessada nos utensílios domésticos e as antigas moedas, pois é evidente sua evolução no decorrer do tempo”.

4 - A partir das explicações do professor e da ida ao Laboratório, você acredita que a Arqueologia seja importante? Por que e em que aspecto?

Resposta do aluno Luís Felipe: “Com toda certeza. A Arqueologia conta ao homem um pedaço da sua própria história, estuda sua trajetória, debate, pesquisa e constata minuciosamente cada detalhe de como foi a vida há centenas e até milhares de anos atrás, o que, sem dúvida, é primordial para escrevermos o livro da humanidade, afinal não se escreve um livro do meio para o final, é do início”.

Resposta da aluna Marília: “Sim, pois é a partir dela que descobrimos quem somos e qual é o ciclo da vida, além do que é possível entender os acontecimentos bons e ruins que fizeram o mundo ser o que é hoje”.

5 - Que tipo de ajuda a Arqueologia pode dar para a sociedade? Que tipo de informação essa ciência pode nos revelar?

Resposta do aluno Luís Felipe: “A Arqueologia, por se dedicar ao estudo das sociedades humanas antigas, é primordial para o entendimento do desenvolvimento do ser enquanto animal pensante. É ela quem escreve a nossa história desde o começo, resgatando informações do cotidiano dos nossos antepassados, como, por exemplo, o que comiam, como viviam, como se adaptavam e até mesmo seus hábitos preferidos, podendo, a partir daí, caracterizar e catalogar a evolução da espécie”.

Resposta da aluna Marília: “A Arqueologia pode ajudar o homem a entender a evolução da humanidade, pode mostrar o que aconteceu com certas espécies de animais, pode nos mostrar diferentes tipos de sociedades”.

6 - Por fim, há algum aspecto que você gostaria de pontuar sobre a Arqueologia, sobre os artefatos e sobre a ida ao Laboratório? Você conseguiu imaginar como viviam os povos que construíram os objetos que você observou? Acha que a vida deles era muito diferente da nossa? E em quais aspectos?

Resposta do aluno Luís Felipe: “Por toda a visita ao laboratório, fomos sempre muito bem instruídos e enriquecidos de conhecimento, passados por nossos acompanhantes que esclareciam sempre qualquer dúvida que surgia no momento. O que tornou a visita muito mais empolgante, pois pudemos entrar de fato neste cenário, revivendo em cada artefato a sensação de quem o criou, o intuito e a objetividade do mesmo e, claro, sempre contrastando nossos hábitos e costumes de hoje com os de nossos antepassados, dos quais mantinham condições de vida totalmente diferentes, bem como necessidades de sobrevivência das quais hoje em dia não conhecemos, mas que sempre queríamos ter a oportunidade de estudar sobre”.

Resposta da aluna Marília: “Com a visita ao laboratório, pude perceber a importância da Arqueologia para a sociedade, consegui imaginar como viviam os homens pré-históricos e, principalmente, percebi como a vida atual é bem mais prática e desenvolvida agora”.

7 - Como você pensa que o poder público pode proteger o nosso patrimônio?

Resposta do aluno Luís Felipe: “Penso que a forma mais clara e objetiva do poder público proteger o patrimônio é incentivando estudos e pesquisas relacionados, restaurações e preservação do mesmo para que este pedaço da

história nunca se apague, afinal tanta informação valiosa quanto à vida de sociedades passadas não pode se perder no tempo, temos profissionais muito engajados nesta causa em nosso estado e esperamos que eles tenham a oportunidade certa de trabalhar em prol da construção do livro da humanidade”.

Resposta da aluna Marília: “O poder público pode criar projetos relacionados às pesquisas arqueológicas e incentivar visitas a laboratórios arqueológicos para as escolas”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos analisar a partir das respostas dadas pelos alunos Luís Felipe e Marília, da EFG-MA, a visita ao Laboratório de Arqueologia da UFMA foi extremamente proveitosa. Os dois alunos disseram que tinham vontade de conhecer mais sobre seus antepassados e sobre os utensílios produzidos por eles.

Os dois alunos também responderam que já sabiam superficialmente do que tratava a Arqueologia e a visita serviu para aproximá-los da realidade retratada nos livros por meio dos utensílios domésticos, das moedas e das peças tidas como amuletos.

Na quarta questão, perguntamos se eles entendiam ser a Arqueologia importante e em qual aspecto. Tanto Marília quanto Luís Felipe disseram que a Arqueologia é importante. Marília respondeu que é através dela que descobrimos quem somos e qual é o ciclo da vida. Já Luís Felipe disse ser primordial para escrevermos o livro da humanidade, afinal não se escreve um livro do meio para o final, mas do início.

A quinta pergunta indagou sobre qual contribuição a Arqueologia pode dar à sociedade. Ambos disseram que a Arqueologia ajuda o homem a entender a evolução e o desenvolvimento da humanidade. O aluno Luís Felipe também disse que contribui “[...] resgatando informações do cotidiano dos nossos antepassados, como, por exemplo, o que comiam, como viviam, como se adaptavam e até mesmo seus hábitos preferidos, podendo, a partir daí, caracterizar e catalogar a evolução da espécie”.

Já na sexta questão, pedimos para que pontuassem algum aspecto sobre a Arqueologia e sobre os utensílios expostos durante a visita e se o tipo de vida dos homens e mulheres da Pré-História era muito diferente da nossa. A alu-

na Marília disse que a partir da visita ao Laboratório percebeu a importância da Arqueologia para a sociedade, pois conseguiu imaginar como viviam os homens pré-históricos e que a vida atual é bem mais prática. Já o aluno Luís Felipe escreveu que o que tornou a visita muito mais empolgante foi entrar de fato nesse cenário, revivendo em cada artefato a sensação de quem o criou, o seu intuito e objetividade e, claro, sempre contrastando com nossos hábitos e costumes de hoje, com os de nossos antepassados.

Na última pergunta indagamos como o poder público pode proteger o patrimônio. Tanto Luís Felipe quanto Marília disseram que o poder público deveria incentivar mais as pesquisas relacionadas à Arqueologia e promover mais visitas aos laboratórios arqueológicos.

Percebemos, a partir das respostas dadas ao questionário que, para uma primeira experiência como esta que relatamos aqui, os alunos tiveram um alto grau de aproveitamento no que concerne à sensibilização para a importância dos estudos e pesquisas arqueológicas e para a necessidade de preservação desses pequenos artefatos tão frágeis materialmente, mas tão fortes e carregados de significados e emoções de quem os moldaram.

Desse modo, a Arqueologia cumpre sua função social e comunitária. Essa ciência, que outrora esteve tão distante das pessoas, hoje mantém um diálogo crescente com elas. Pesquisas em escala regional, nacional e internacional demonstram que os benefícios que a Arqueologia pode trazer, como a discussão em torno da vida material dos indivíduos, são muito mais eficazes se pensados dentro e a partir das vivências comunitárias, uma vez que promovem a conscientização de nossa própria identidade, como a construímos e como nos vemos e posicionamos no mundo. Nesse sentido, a noção de patrimônio, seu significado, abrangência e domínio público tornam-se fundamentais para inserir as comunidades dentro das questões sociais e de identidade. Não é à toa que ciência, escola e comunidade são temas tão interligados e fundamentais para o entendimento de nosso patrimônio e trajetória histórica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, A. N. **Brasil: paisagens de exceção: o litoral e o pantanal matogrossense: patrimônios básicos.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.

ARANTES, A. A. **La preservación del patrimonio como práctica social**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2016.

BURKE, C.; ERICSON, J.; READ, D. Research Design: the Relationships Between the Primary Functions and the Physical Properties of Ceramic Vessels and Their Implications for Ceramic Distributions on an Archaeological Site. **Anthropology UCLA**, n. 3, p. 84-95, 1972.

CORRÊA, C. G.; MACHADO, A. L.; LOPES, D. F. As estearias do lago Cajari, MA. In: SIMPÓSIO DE PRÉ-HISTÓRIA DO NORDESTE BRASILEIRO, 1., 1991, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 1991, p. 101- 103 (Clio Série Arqueológica, n. 4).

CORREIA LIMA, O.; AROSO, O. C. L. **Pré-história maranhense**. São Luís: Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, 1991.

DANIEL, J. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas: 1722-1776**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DOMINGUEZ, L.; FUNARI, P. P. A. O Caribe intangível. In: KARNAL, L. et al. (Orgs.). **Cronistas do Caribe**. Vol. 1. Campinas: IFCH, 2012, p. 11-18.

ELIADE, M. **O mito do eterno retorno**. Lisboa: Edições 70, 1969.

FERNANDES, J. R. O. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de História. **Revista Brasileira de História**, v. 13, n. 25-26, p. 265-276, 1993.

FRANCO, J. R. C. **Segredos do rio Maracu: A hidrogeografia dos lagos de reentrâncias da Baixada Maranhense, sítio Ramsar, Brasil**. São Luís: EDUFMA, 2012.

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. Conciencia sobre la preservación y desafíos del patrimonio cultural en Brasil. In: PATIÑO, D. (Org.). **Las vías del Patrimonio, la Memoria y la Arqueología**. Popayán: Editorial de la Universidad del Cauca, 2007, p. 33-56.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. Col. Ciências Sociais Passo a Passo.

GNECCO, C. Práxis científica en la periferia: notas para una historia social de la Arqueologia colombiana. **Revista Española de Antropología Americana**, n. 25, p. 9-22, 1995.

GOUVEIA NETO, J. C. **Ao som de pianos, flautas e rabecas...** Estudo das vivências musicais das elites na São Luís da segunda metade do século XIX. 2010. 172 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

HECKENBERGER, M. Ecologia do poder: a base simbólica da economia política na Amazônia. In: FORLINE, L. C.; MURRIETA, R. S. S.; VIEIRA, I. C. G. (Orgs.). **Amazônia além dos 500 anos.** Belém Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006, p. 39-70. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000108&pid=S1981-8122200900010000400022&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000108&pid=S1981-8122200900010000400022&lng=pt)>. Acesso em: 21 set. 2016.

IANNI, O. **Uma Cidade Antiga.** Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2006.** Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 21 set. 2016.

KIRCHHOFF, P. Mesoamérica: Sus Límites Geográficos, Composición Étnica y Caracteres Culturales. **Suplemento de la Revista Tlatoani.** México: Escuela Nacional de Antropología e Historia, 1960.

LEITE FILHO, D. C. Ocupações pré-coloniais no litoral e nas bacias lacustres do Maranhão, p. [s.l.]: [s.n.], 2010, p. 231-262.

LOPES, R. A civilização lacustre do Brasil. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 87-109, 1924.

\_\_\_\_\_. **O Torrão Maranhense.** Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1916.

MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste brasileiro.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

MARTINS, A. M. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Avaliação de documento. **Cadernos de Pesquisa**, n. 109, p. 67-87, mar./2000.

MERRIMAN, N. **Public Archaeology.** Londres: Routledge, 2004.

NAVARRO, A. G. O povo das águas: carta arqueológica das estearias da porção centro-norte da baixada maranhense. **Caderno de Pesquisas**, São Luís, v. 20, n. 3, set./dez. 2013.

\_\_\_\_\_. O projeto arqueológico acadêmico carta arqueológica das estearias da porção Centro-Norte da Baixada Maranhense. In: BANDEIRA, A. M.; BRANDI, R.

de A. (Orgs.). **Nova luz sobre a arqueologia do Maranhão**. São Luís: Brandi & Bandeira Consultoria Cultural, 2014.

NEVES, E. G. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2006.

PORRO, A. **As crônicas do rio Amazonas**: Notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da *Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992.

PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Brasília: UnB, 1992.

RODRÍGUEZ RAMOS, R. Isthmo-Antillean Engagements. In: KEEGAN, W.; HOFMAN, C.; RODRÍGUEZ RAMOS, R. (Orgs.). **The Oxford Handbook of Caribbean Archaeology**. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 155-170.

ROOSEVELT, A. **Parmana**: prehistoric maize and manioc subsistence along the Amazon and Orinoco. Nova Iorque: Academic Press, 1980.

ROSTAIN, S. Cacicazgos guyanenses: mito o realidad? In: PEREIRA, E.; GUAPINDAIA, V. (Orgs.). **Arqueologia Amazônica**. Vol. 1. Belém: MPEG, IPHAN, SECULT, 2010, p. 169-192.

SIMÕES, M. F. As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1870-1981). **Acta Amazonica**, Manaus, v. 11, n. 1, 1981. [Suplemento]

VIVEIROS DE CASTRO, E. **A Inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.